quedianto osiléncio

Sentimento perigoso

Saiba o que é codependência

Homem de verdade

Masculinidade não é igual a agressividade

AMOR QUE MATA

Como o descontrole e a violência destroem o sonho do "felizes para sempre"

otos: © Nichizhenova Elena | Adobe Stock e Gustavo Leighton

EDITORIAL

FUTURO SEM VIOLÊNCIA



TALVEZ VOCÊ NÃO CONSIGA PERCEBER A MUDANÇA, MAS PEOUENOS ATOS PODEM FAZER DIFERENÇA

are por alguns segundos e pense em como seria viver num local sem violência. Conseguiu visualizar? Embora estar em um mundo permanentemente seguro seja o sonho de muita gente, poucos são os que conseguem imaginá-lo.

Assim como eu, creio que você se depara frequentemente com inúmeras histórias de pessoas que sofreram algum tipo de agressão. Em casos extremos, infelizmente, uma parcela dessas pessoas chega a perder a vida. E muitas são mulheres: donas de casa, domésticas, professoras, empresárias e médicas que sonhavam com uma vida melhor, com uma realidade que já não poderão mais ajudar a construir.

Não é novidade que a violência, seja física, moral, sexual ou simbólica, tem afligido a sociedade ao longo dos séculos. Mesmo com todo o desenvolvimento social, educacional e tecnológico, esse é um problema que ainda não conseguimos derrotar. E hoje, mais do que nunca, temos vivido dias que parecem cada vez mais assustadores, repletos de episódios que nos levam a temer a crueldade humana.

Um desses males é conhecido por uma palavra que, infelizmente, tem se tornado familiar no nosso vocabulário: feminicídio. Por trás desse termo encontramos o assassinato de mulheres, cuja motivação tem que ver com o gênero das vítimas. A palavra, ao ser utilizada nesta revista, refere-se exclusivamente a um crime previsto em lei. E nós simplesmente não podemos aceitar esse tipo de violência, nem qualquer outro. É por essa razão que ampliamos o debate e queremos levar você a refletir sobre proteção e conscientização.

Mesmo que existam leis de combate a agressões dessa e de outra natureza, ainda há muito a ser feito para mudar mentalidades e comportamentos. É por isso que você e eu precisamos acreditar que é possível vencer toda e qualquer manifestação de agressividade, bem como a dor que ela gera.

Devemos ainda pensar em desenvolver ações educativas e preventivas com crianças, desde seus primeiros anos de vida. Para que os adultos do futuro sejam respeitosos, defensores uns dos outros e saibam dar um inestimável valor à vida, esse processo precisa ser iniciado ainda na infância. Por isso, disponibilizamos materiais específicos para as crianças, tanto na versão impressa quanto na digital.

Talvez você ainda não consiga ter uma imagem clara de uma realidade sem violência, mas pequenos atos podem fazer a diferença. Pensando nisso, a campanha Quebrando o Silêncio é uma ferramenta para ajudar a transformar vidas e mostrar que as relações humanas podem ser felizes e satisfatórias. Foi para isso que preparamos o conteúdo que você encontrará nas

páginas a seguir. Acredite: "O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã" (Salmo 30:5).

MARLI PEYERL é educadora e coordenadora da campanha Quebrando o Silêncio na América do Sul



SUMÁRIO

2 EDITORIAL

4 ENTREVISTA

Pesquisadora explica como a religião pode combater a opressão

6 IMAGINE

... se os homens respeitassem as mulheres

14 SEJA HOMEM

Masculinidade responsável não tem que ver com agressividade, mas com proteção



16 ensina a criança

O respeito ao próximo precisa ser aprendido pelas novas gerações

19 OMBRO AMIGO

Descubra como ajudar quem enfrenta uma rotina violenta

20 ALÉM DO QUE SE VÊ

O abuso físico contra as mulheres está apoiado na violência simbólica

8 vozes silenciadas

O ciclo do medo e insegurança precisa ser rompido



24 TUDO SOFRE, TUDO SUPORTA

Saiba o que é codependência e como isso pode tornar perigoso um relacionamento





Edição Especial • 2020

Editores: Jefferson Paradello e Wendel Lima Projeto gráfico: Eduardo Olszewski Designer: Marcos S. Santos Foto da capa: William de Moraes



Casa Publicadora Brasileira

Rodovia Estadual SP 127, km 106 Caixa Postal 34; CEP 18270-970 – Tatuí, SP Fone (15) 3205-8800 – Fax (15) 3205-8900 Site: www.cpb.com.br Atendimento ao cliente: sac@cpb.com.br Diretor-geral: José Carlos de Lima
Diretor financeiro: Uilson Garcia
Redator-chefe: Marcos De Benedicto
Gerente de produção: Reisner Martins
Gerente de vendas: João Vicente Pereyra

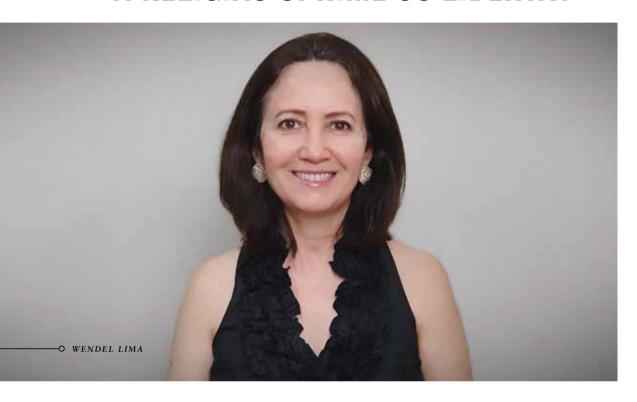


Sinais dos Tempos é Marca Registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução total ou parcial de matérias deste periódico sem autorização por escrito da editora

Tiragem: 1.118.000 exemplares

18787/40835

A RELIGIÃO OPRIME OU LIBERTA?



PESQUISADORA EXPLICA COMO O DISCURSO RELIGIOSO PODE SER USADO PARA **IUSTIFICAR** A VIOLÊNCIA **OU PARA** COMBATÊ-LA

interesse da professora Sandra Duarte de Souza pela proteção das mulheres e o engajamento nessa causa não nasceram agora, mas na infância, quando sua mãe acolheu uma vizinha que havia apanhado do marido e sido deixada na rua.

Mesmo sendo pequena, Sandra percebeu ali questões que permeariam seus estudos acadêmicos. O fato de sua mãe ter aberto a porta para aquela vítima enquanto as janelas das demais vizinhas se fecharam lhe indicou duas coisas: (1) há um silenciamento em relação à violência contra a mulher no ambiente doméstico; e (2) ajudar a quebrar esse ciclo é algo que

pode envolver qualquer ser humano, especialmente os cristãos.

Posteriormente, Sandra se graduou em Servico Social e Teologia, cursou mestrado e doutorado em Ciências da Religião, além de um pós-doutorado em História Cultural. Atualmente é professora do programa de pós-graduação em Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), onde leciona disciplinas e orienta pesquisas nas áreas de religião, gênero e política.

Nesta entrevista, ela fala sobre como o discurso religioso pode ser usado para justificar a violência ou para ajudar a vítima a romper com o abuso.

▶ Há 25 anos a senhora estuda gênero, violência e religião. Qual é a relação entre essas áreas?

São várias, mas poderia destacar que a religião é um sistema de sentido que tem muita influência sobre como as pessoas se reconhecem e reconhecem as outras. As representações de gênero construídas ou reproduzidas pela religião têm impacto muito grande sobre o modo como seus adeptos se relacionam. O que ocorre é que essas representações podem trazer uma ideia de mulher ou de feminino que deve estar sujeito ao masculino ou um conceito de masculino que precisa exercer poder sobre o feminino. E esse tipo de representação, quando afirmado religiosamente, ganha aura de sagrado. Logo, é mais difícil desconstruí-lo. Por outro lado, a religião pode cumprir papel inverso, ou seja, modificar e questionar as representações, trazendo um novo olhar para a igualdade de gênero.

E que contribuição específica o cristianismo pode trazer para essa questão?

Olhando para a maneira como Jesus tratou as mulheres e como Ele rompeu com as representações de gênero dominantes na sociedade de Sua época. É o que podemos perceber, por exemplo, quando o Mestre curou a mulher encurvada (Lucas 13:10-17); conversou longamente com a mulher samaritana (João 4:6-30); estancou a hemorragia da mulher que havia anos lidava com esse problema (Mateus 9:20-22); e quando Ele tratou Maria como discípula (Lucas 10:38-42). Mais do que cura física, Jesus devolveu a elas a dignidade. Por sua vez, essas mulheres também não ficaram paradas. Elas inquiriram o Mestre, O tocaram e confrontaram os padrões sociais estabelecidos. Elas se reconheceram como humanas, dignas de direitos, criadas à imagem e semelhança de Deus.

Se Cristo tratou com igualdade homens e mulheres, por que isso mudou ao longo da história do cristianismo?

Como qualquer outro movimento que se institucionaliza, as disputas de poder fazem parte desse processo. Na construção da história e teologia do cristianismo, novamente as mulheres foram relegadas ao segundo plano.

Por isso, sempre que falo nas igrejas a respeito da violência contra as mulheres, aconselho: na dúvida, olhe para Jesus, leia os evangelhos e veja o que Ele fez. Assim a gente pode se aproximar da proposta mais fundamental do cristianismo: o amor a Deus e ao próximo (Mateus 22:36-39).

Como é sua atuação nas igrejas?

Em todas as comunidades pelas quais passei para fazer alguma palestra, alguém veio me procurar depois dizendo que enfrentava uma situação de violência ou que conhecia alguém nessa situação. Já testemunhei também pessoas que só tomaram consciência de que eram vítimas de abuso após esses diálogos. Muitas vezes as igrejas fazem de conta que isso não está acontecendo entre seus membros e pastores. Mas isso precisa ser diferente, pois muitas vezes a igreja chega primeiro que o Estado num lar em que é praticada a violência. Por essa razão, é preciso capacitar lideranças religiosas para que ajudem nesse processo de mediação com os agentes do Estado. A igreja não deveria nem precisaria agir sozinha nesses casos, mas em parceria com redes de apoio de entidades e profissionais que são especializados para tratar da vítima e do agressor. Muitas vezes pensamos que as pessoas religiosas não querem ter um nível mais profundo de reflexão sobre essas e outras questões do nosso tempo, mas elas desejam, sim. É só levar essa reflexão numa linguagem acessível e que faça sentido para elas.

Que avanços a educação das novas gerações pode trazer?

É necessário investir na educação de crianças desde muito cedo para se construir uma nova percepção de masculinidade que não passe pela agressividade como um instrumento de afirmação; e de feminilidade que não passe pela ideia de submissão, no sentido de uma mulher que aceita tudo e não reconhece o próprio valor. Muito do que consideramos ser homem e mulher não é natural ou normal, mas uma construção social. Precisamos de sociedades que reconheçam que homens e mulheres têm o mesmo valor, e isso deveria ser visto pelas igrejas como parte da ética cristã.



uma pesquisa do Instituto DataSenado sobre violência doméstica e familiar, realizada em 2017, 51% das entrevistadas disseram que as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil. Entre os lugares em que elas são desrespeitadas estão a rua (54%), o lar (27%) e o trabalho (16%). Para 69% delas, o Brasil é um país muito machista.

Tão preocupante quanto esses números é a estimativa de que somente 20% dos casos de violência contra a mulher são denunciados. De fato, o silêncio ainda precisa ser quebrado. Definir o crime de homicídio de mulheres por violência doméstica e familiar ou pela condição de ser mulher foi um passo importante para uma mudança social e de mentalidade. Será que podemos começar a imaginar juntos como seria uma sociedade em que os homens respeitassem as mulheres?

SEM CANTADAS E MEDO

A pesquisa que dá suporte à campanha "chega de fiu fiu", realizada com cerca de 8 mil participantes, mostrou que quase 100% das mulheres já foram "cantadas" e que 83% delas não gostam desse tipo de assédio. Os casos são tão recorrentes que 90% das entrevistadas iá haviam trocado de roupa alguma vez por receio de assédio e 81% delas haviam deixado de fazer algo ou ir para algum lugar por esse motivo. Muitas temem sofrer agressão verbal e física, e até morrer. No Brasil Colonial já existiam essas investidas sexuais masculinas, que eram mais explícitas quanto mais escura fosse a pele ou mais baixa a classe social da mulher. Resistir significaria assumir o risco de ser espancada. O ponto é que a "cantada" é diferente de oferecer um elogio e conversar de modo interessante e respeitoso. O que caracteriza o assédio é uma investida sem consentimento, gerando assim constrangimento, intimidação e medo na vítima.

INTEGRIDADE GARANTIDA

Com o assédio e a violência em potencial, as mulheres sentem que estão em risco em vários aspectos. Em 2018, por exemplo, foram registrados 14.796 casos de violência doméstica em todo o Brasil, o que inclui agressão física (67%), psicológica (47%), moral (36%) e sexual (15%). Desses casos, 60% das vítimas não denunciaram o agressor porque dependiam financeiramente dele. A violência familiar, além de gênero, também tem cor: segundo o Atlas da Violência 2019, 66% das mulheres assassinadas em 2017 eram negras. E nos dez anos anteriores à pesquisa (2007-2017), o número de homicídios de mulheres negras havia crescido bem mais (29,9%) do que o índice de assassinato das demais mulheres (4,5%). Também em 2018 foram registrados no Brasil quase 16 mil casos de violência contra a mulher que resultaram em morte, e cerca de 33 mil ocorrências de estupros. Em 70% dos casos de violência e morte, os agressores eram conhecidos da vítima.

respeitassem as mulheres

RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

Por muito tempo, as mulheres foram confinadas ao ambiente privado e doméstico. A esfera pública (a rua, as reuniões, a política e o trabalho) pertencia aos homens. Havia uma distinção muito clara entre as mulheres "puras" e as "públicas" no Brasil Colonial e no mesmo período na Europa. As puras eram protegidas pelos homens da família, e seu papel era obedecer e procriar. Por sua vez, as mulheres públicas eram as que precisavam trabalhar para sobreviver. Fora do espaço privado, elas sofriam toda sorte de abusos verbais e físicos. A tentativa era controlar as mulheres por meio da dependência econômica.

Durante séculos, ideias como as de Aristóteles, que considerava as mulheres como seres irracionais e biologicamente inferiores, influenciaram o cristianismo medieval, que já tinha uma visão negativa delas por responsabilizar Eva pelo pecado original. Porém, isso tem mudado: se na década de 1950, por exemplo, 40% dos norte-americanos achavam os homens mais inteligentes e competentes profissionalmente do que as mulheres, hoje esse número caiu para 10%. No Brasil, até 1962, elas tinham que pedir autorização ao marido para trabalhar fora. Atualmente, 56% delas estão no mercado de trabalho e representam 57% dos que cursam ensino superior no país. Não há nada biológico ou genético que indique superioridade do homem em relação à mulher.

DIREITOS RESPEITADOS

A luta das mulheres para ter os mesmos direitos dos homens é um longo processo histórico, com ganhos e retrocessos. A Revolução Francesa proclamou a igualdade natural e de direitos universais, mas esse "universal" excluiu as mulheres, que não eram consideradas cidadãs. Por esse motivo, no século 19 começou a luta pelo direito de voto feminino, conquista que viria apenas no século 20. Depois, foram levantadas as bandeiras de direito ao trabalho, à igualdade salarial e do combate à violência de gênero.

No Brasil, o progresso inclui conquistas legislativas mais recentes, como a Lei Maria da Penha (2006) e do Feminicídio (2015), além do estabelecimento de delegacias da mulher e de protocolos médicos de atendimento às vítimas de violência física e sexual. No entanto, há muito ainda para ser feito para mudar mentalidades e comportamentos. As mulheres conhecem pouco a respeito da legislação que as protege; muitas denunciam apenas depois de terem sofrido várias agressões. Além disso, a cada 20 inquéritos policiais abertos no Brasil, são concedidas 13 medidas protetivas e ocorre apenas uma condenação penal do agressor; e ainda há descrédito em relação ao testemunho da mulher agredida e a culpabilização da vítima.

As mulheres são 52% da população mundial. Portanto, numericamente não são minoria, mas ainda assim sofrem com a falta de respeito aos seus direitos. Como mudar esse quadro? A Bíblia traz três conceitos revolucionários: ame o próximo como a você mesmo (Mateus 22:39), mude sua maneira de pensar (Romanos 12:2) e na família de Cristo todos são iguais (Gálatas 3:28). Mesmo vivendo numa sociedade que desvalorizava as mulheres, por meio de Seu convívio com elas, Cristo restaurou a dignidade feminina. Se esses princípios bíblicos transformadores forem colocados em prática, principalmente pelas igrejas, poderemos fazer muito mais pela proteção e expansão dos direitos humanos universais.

Fontes: Atlas da Violência 2019 (ipea.gov.br); "Mulheres e Cantadas: Uma Relação de Medo", artigo da Revista Fórum, de 12 de setembro de 2013 (bit.ly/2knpPOQ); "Chega de Fiu Fiu: Resultado da Pesquisa" (bit.ly/2C6Ng6a); Cartilha da Campanha "Chega de Fiu Fiu" em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (bit. ly/2lYoNZO); mapa on-line para denúncias de assédio (chegadefiufiu.com.br); Mapa da Violência de Gênero (mapadaviolenciadegenero.com.br); "Mulheres e Sexualidade no Brasil Colonial", capítulo de Lana Lage da Gama Lima, no livro Mulheres na América e no Mundo Ibérico (Humanitas, 2011), de Eni de Mesquita Samara (org.), p. 143-189; "Mulher e Violência na América Latina e no Caribe", capítulo de Maria Beatriz Nader, no livro Mulheres na América e no Mundo Ibérico, p. 241-285; Pesquisa "Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", realizada pelo Instituto DataSenado e Observatório da Mulher Contra a Violência, em junho de 2017 (bit.ly/2CQU8VJ); Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais, relatório do Senado Federal e Observatório da Mulher Contra a Violência (2016-2018) (bit.ly/2ztc9FB); Mapa da Violência Contra a Mulher 2018, realizado pela Câmara dos Deputados e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (bit.ly/2LsToep); "A Poucos Passos da Igualdade", artigo de Sabrina Brito na revista Veja, de 24 de julho de 2019; verbete "Feminismo", no Dicionário de Conceitos Históricos (Contexto, 2009), de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva; verbete "Feminismo" no Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos (Lexicon, 2012), de Antônio Carlos do Amaral Azevedo.

JESSICA MANFRIM, mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), é revisora de livros



de modo, no mínimo, suspeito.

Joana*, a tia em questão, tinha apenas 33 anos e vivia em São José dos Campos, no interior de São Paulo. Mãe de duas crianças pequenas, tinha problemas frequentes em seu casamento. Seu salário de professora sustentava o marido, que não conseguia se estabilizar em emprego algum. Meses antes da morte, ela havia sido diagnosticada com depressão, mas a severidade do problema não parecia ser tão grave: seus bebês estavam sempre cheirosos e bem cuidados. A casa, sempre limpa. No trabalho, seu desempenho continuava normal. E a família se preocupava com ela e a acolhia. A melhora de sua saúde era evidente para todos.

No entanto, quando seu corpo foi encontrado no que parecia ser um suicídio por enforcamento na garagem de casa, tudo isso caiu por terra. "Fiquei me perguntando como aquela pessoa poderia ter se matado. Não parecia real. Por mais que fosse nova, conseguia perceber que esse não era o tipo de pensamento de minha tia, que priorizava muito criar seus filhos a qualquer custo", lembra Sofia, 13 anos depois da tragédia. Flora*, a mãe e irmã mais velha da tia Joana, destacou que, ainda que ela sofresse com a depressão, demonstrava um olhar positivo em relação ao futuro. "Joana nunca expressou pensamentos suicidas nem tomou atitudes que nos colocassem em alerta quanto a isso", respalda.

Enquanto a família estava em luto, Paulo*, o pai de Sofia e marido de Flora, foi reconhecer o corpo da cunhada no Instituto Médico Legal (IML). Ao chegar, foi recebido com hostilidade pelo legista de plantão. Estranhou aquela postura, mas não falou nada. Pensou que o funcionário estivesse tendo um dia estressante. No fim das contas não era isso. O legista achou que Paulo fosse, na realidade, marido da Joana. O funcionário do IML estava indignado, mas, "quando ele soube que Paulo era apenas cunhado da falecida, as coisas mudaram muito", conta Flora.

Indagador por natureza, ao perceber a mudança de comportamento do profissional, Paulo perguntou o que havia sido identificado no corpo. Prontamente, sua dúvida foi respondida: Joana estava com hematomas antigos e recentes pelo corpo, que indicavam que ela havia lutado com alguém mais alto - provavelmente, um homem. Sua traqueia estava sem danos, algo incomum num enforcamento. Além disso, as marcas deixadas em seu pescoço pela corda eram retas, ao contrário da maioria absoluta de vítimas de suicídio desse tipo. Em geral, depois de perderem a consciência, as vítimas ficam com a cabeça de lado, devido ao peso. Ademais, traços da corda utilizada também não foram encontrados em suas unhas - que, por sinal, estavam bem-feitas. Seu cabelo estava limpo e arrumado. "Que pessoa que quer dar fim à própria vida faz isso? Não tem sentido nenhum", insinua Sofia, enquanto Flora concorda com a cabeça.

Durante o funeral, o marido de Joana, Cláudio*, não chegou perto do caixão. "Ele colocava a mão no rosto, mas não chorava", lembra Sofia. Sua tese, compartilhada pela mãe, é de que o tio sentia culpa. Após o sepultamento, Paulo e Flora conversaram com a vizinha do casal, que contou que Cláudio havia passado um bom tempo limpando a casa antes que a polícia chegasse para investigar o local, no dia seguinte ao da morte. Ele não costumava compartilhar as tarefas domésticas com a esposa; ou, ao menos, nenhum familiar ou amigo pode atestar o contrário.

O relatório policial indica que a garagem, lugar da casa em que ocorreu a morte, estava limpa. Nenhuma medida especial foi tomada para investigar a lavagem de possíveis vestígios de sangue. E a corda do suposto enforcamento até o momento não foi encontrada. Sofia também levanta outra suspeita: para alguém que queria se matar, não seria mais fácil um golpe afiado ao pescoço? Na garagem de Joana e Cláudio havia ferramentas disponíveis para isso. No entanto, estavam intocadas. Atrás da garagem, outra cena peculiar: varais cheios de roupas limpas e cheirosas para os filhos. A mãe havia feito aquilo durante a tarde e teria morrido à noite.

Infelizmente, a história de Joana não é isolada e pode ser classificada como feminicídio. O termo é aplicado ao homicídio de mulheres como um crime hediondo motivado por sua condição de mulher e um histórico de violência doméstica e familiar.

No Brasil, segundo Andrea Brochier, perita criminal aposentada do Instituto Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul, o termo não se refere a crimes passionais nem de foro íntimo, mas a um grave problema social que afeta as mulheres por sua condição de gênero, o que caracteriza o crime. Por sua vez, Carla Batista, estudiosa do assunto e mestra pela Universidade Federal da Bahia, no Nordeste brasileiro, reforça que "ao Estado cabe prevenir esse tipo de crime por meio da educação, difusão de informação, restrição a mensagens que incentivem e alimentem a discriminação e a violência".

VIOLÊNCIA EM DADOS

Mesmo após detectar a seriedade do problema, ainda existem barreiras para descobrir o número exato de vítimas. Contudo, certos padrões são perceptíveis: mulheres assassinadas já foram, em geral, vítimas de outras violências, como a psicológica, sexual, patrimonial ou física. A edição 2018 do Atlas da Violência do Brasil, iniciativa conjunta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também pontua que diversas mortes poderiam ter sido evitadas caso essas mulheres tivessem encontrado opções de ruptura com o ciclo de violência. Carla Batista entende que esse papel repousa especialmente sobre o Estado, pois outras redes de apoio como família, igreja e ONGs nem sempre estão disponíveis.

Isso se torna mais relevante ao se perceber que, na América Latina, grande parte dos assassinatos é cometida por parceiros e/ou parentes da vítima. De acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (Cepal-ONU), pelo menos 2.081 mulheres na região foram vítimas de violência que resultou em morte. Em nível mundial, num relatório de 2018, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) informa que 20% do total de homicídios no planeta são cometidos por parceiros(as) ou membros da família. Desse total, 64% das vítimas são mulheres. Quando é feito um recorte nos crimes cometidos por parceiros íntimos, essa porcentagem sobe para 82%. Detalhe: esses números se mantêm estáveis desde 2012. "Tratase de um grande desafio, pois esses crimes ocorrem no seio de relações das quais se espera segurança, confiança e respeito", avalia Diego Alexandre Rozendo da Silva, doutor em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em saúde mental.

COMO PROTEGÊ-LAS?

Tendo em vista a dependência financeira de muitas mulheres ameaçadas, Carla Batista crê ser necessária a criação de formas alternativas de subsistência para as vítimas. Além disso, Helena Suárez Val, pesquisadora da Universidade de Warwick, no Reino Unido, reforça que o preconceito de gênero e a falta de preparo da polícia são fatores importantes para se deduzir que há subnotificação dos casos de violência contra a mulher que levam à morte.

Como exemplo, ela cita seu país de origem. "No Uruguai, há outra [lei] que cria bases para garantir a

todas as mulheres o direito de viver sem violência de gênero, que foi aprovada em 2018. Essas questões legais ainda são muito recentes", observa. A pesquisadora explica que, anteriormente, a polícia e a Justiça classificavam esse tipo de crime como violência doméstica. No entanto, muitos casos [de violência seguida de morte] saem desse padrão, pois são "mortes de trabalhadoras sexuais, assassinatos com motivador sexual cometidos por alguém fora da esfera doméstica, suicídios de mulheres sujeitas a agressões domésticas imputadas ao gênero e outros crimes de preconceito contra a mulher".

Por isso, especialistas acreditam que há a necessidade de repensar a atuação do Estado nesses casos, para que o ódio contra a mulher seja percebido e que recursos sejam alocados para garantir o direito das vítimas. Porém, não resta dúvida de que essas mudanças levam tempo. No caso de Joana, embora sua morte tenha ocorrido antes da implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, em 2006, legislação conhecida por assegurar os direitos das mulheres, a investigação do caso se estendeu para o período em que a nova lei já estava em vigor. Mesmo assim, nenhuma iniciativa foi tomada pela polícia.

Para muitos estudiosos, a violência que leva à morte da mulher é a ponta de uma série de abusos. Entre eles estão o assédio na rua e no trabalho, o tráfico sexual, os salários mais baixos, a falta de integração de mulheres na política e outros aspectos que as colocam em desvantagem em relação aos homens. Isso se manifesta dentro de casa também, segundo o professor Diego Rozendo da Silva, por meio de violências mais sutis ou culturalmente aceitas, como a limitação da emancipação profissional da mulher

ou de sua autonomia financeira e atividade intelectual; ou ainda por meio da desvalorização e inferiorização das atividades domésticas e da tentativa de controle do corpo dela.

Helena Suárez Val, da Universidade de Warwick, reforça que todas essas práticas partem de uma estrutura hierárquica de gênero. Mas, afinal, o que é isso? Para entender, feche os olhos e imagine um ser humano qualquer - uma versão genérica da humanidade. Pronto? É provável que você tenha imaginado um homem. "Nas estruturas hierárquicas de gênero, vemos que homens recebem mais poder que mulheres. Eles são considerados os 'humanos universais', e esse tipo de pensamento diminui a própria humanidade das mulheres", explica Helena.

No momento, todos os países da América Latina e do Caribe, com exceção de Cuba e Haiti, possuem leis que qualificam o feminicídio ou femicídio (conceito similar ao feminicídio, mas com a ênfase no assassinato por gênero, e não na combinação de "preconceito e descaso do Estado") como crime. No entanto, segundo Helena, a questão legislativa por si só não resolve o problema, pois cabe ainda ao Estado o papel de educação, comunicação e prevenção.

Carla Batista complementa esse pensamento ao lembrar que a violência contra mulheres e meninas não se reduz a fatos isolados, mas tem que ver com atitudes reforçadas por instituições que disseminam normas de convivência social. Além disso, certas imagens e símbolos atribuídos ao feminino "contribuem para a legitimação e naturalização desse tipo de violência", acrescenta.

"Esse é um assunto atual que requer a elaboração de políticas locais e regionais de modo a produzir respostas à Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável proposta pela ONU em 2015. O 5º objetivo dos 17 elencados trata da igualdade de gênero, visando eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada", destaca Diego Rozendo da Silva, que também é o coordenador dos cursos de Psicologia e Enfermagem do Instituto Adventista Paranaense (IAP).

De acordo com ele, é preciso trabalhar com o binômio prevençãopunição. E aí cabe ao Estado e à sociedade não somente combater a impunidade, confrontando o pensamento de que é normal a violência dos homens contra as mulheres, mas atentar para os programas de reeducação dos agressores, a fim de diminuir a reincidência do crime.

IMAGENS OUE PERPETUAM O PRECONCEITO

Mesmo em países mais ricos, a violência contra a mulher que resulta em morte não deixa de ser uma realidade. Em 2018, o Senado italiano divulgou os dados de uma pesquisa que revelou resultados alarmantes: 4.4 milhões de mulheres haviam sido psicológica ou fisicamente abusadas por seus parceiros, o que representava uma em cada quatro que mantinham um relacionamento estável. O mesmo documento também apontou que, em 2016, 149 mulheres foram mortas. Em 75% desses casos, o assassino era um membro da família.

Flavia Laviosa é professora na Faculdade de Wellesley, uma instituição dos Estados Unidos especialmente voltada para mulheres. Sua área de pesquisa é a cultura italiana e cinema europeu. Ela vê a violência contra a mulher que leva à morte

O PROBLEMA EM NÚMEROS



20% dos HOMICÍDIOS no mundo são cometidos por familiares

desses crimes têm como vítimas **MULHERES**



desses crimes, quando cometidos por parceiros íntimos, têm as mulheres como vítimas

Fonte: relatório de 2018 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)



Do outro lado do espectro cultural, há alguém que concorda com a especialista em cultura italiana: a mídia pode, sim, ajudar na educação do público (assim como procura fazer há quase 20 anos a campanha Quebrando o Silêncio). Rehan Hassan é coordenador da Faculdade de Ciências Midiáticas da Universidade de Riphah, no Paquistão. Ele destaca que "a imprensa, a mídia televisiva/digital e a

publicidade são ferramentas importantes para moldar a cultura popular. Governos em todos os níveis devem utilizar essas ferramentas a fim de conscientizar a população sobre os diversos tipos de violência contra mulheres e meninas, mostrar as possíveis causas socioculturais disso e os prejuízos coletivos desse comportamento".

No entanto, não é sempre que a indústria da comunicação e do entretenimento é parceira da conscientização. Para Hassan, as mulheres ali representadas são valorizadas apenas por seu corpo e beleza. Desse modo, ele entende que uma mensagem negativa seja comunicada tanto para os meninos, que podem crescer olhando as mulheres como objetos sexuais, quanto para as meninas, que podem ser pressionadas a seguir um padrão estético inatingível.

No primeiro caso, pode haver um incentivo ao estupro; no segundo, a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de transtornos psíquicos. Mesmo assim, ele reforça que ainda existem bons produtos midiáticos que procuram combater essas narrativas. E, em desabafo, exclama: "Nenhuma sociedade pode sobreviver se não prover direitos iguais a todos os seus cidadãos."

*Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos per-

THAMIRES MATTOS é jornalista e mestranda em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas, no Brasil



MAIOR VISIBILIDADE

Iniciada no Brasil em 2002, no ano passado, a campanha Quebrando o Silêncio entrou para o calendário oficial do Estado de São Paulo, a unidade mais rica e populosa da federação brasileira, com 45 milhões de habitantes. A data será lembrada anualmente no quarto sábado de agosto. "O maior obstáculo para resolver esse problema [a violência] é o silêncio da vítima. Sem a denúncia é impossível intervir. É muito difícil romper com esse silêncio, mas essa é a porta de salvação para muitas pessoas. A mulher vítima de feminicídio certamente passou por um ciclo anterior de agressões. Se ela tivesse denunciado, talvez não tivesse chegado a esse ponto", explicou a advogada Damaris Moura, autora do projeto de lei, ao justificar no programa Café no Parlamento a necessidade da campanha (disponível em tinyurl.com/y6a6mcja).

A deputada estadual diz que a mobilização não deve ser vista apenas como uma iniciativa da Igreja Adventista, mas como um projeto de utilidade pública. Ele existe para apresentar, de forma educativa, a necessidade de contar para alquém, como fazer isso com segurança e de modo a construir uma nova vida",

complementou Damaris. Numa mídia social, ela esclareceu que, ao entrar para o calendário oficial, a campanha Quebrando o Silêncio ganha visibilidade e tende a ter suas ações potencializadas, pois poderá ser realizada com mais facilidade e agilidade em espaços públicos estaduais. "Datas destinadas a certas lutas são importantíssimas, pois elas servem para lembrar, alertar e educar", concluiu a parlamentar.

VOCÊ SONHA AMOR

MARIO PEREYRA



A. C. ROBLES

(ASAMENTO à vista



O QUE VOCÉ DEVE SABER ANTES DE DIZER SIM



A PROVA DO TEMPO?



/cpbeditora









úcia estava infeliz. Seu companheiro, sempre exigente e ciumento, tornava-se cada vez mais agressivo. Com a chegada da filha do casal, ela imaginou que o coração dele se abrandaria, demonstrando assim mais amor e dedicação à família. Mas isso não aconteceu.

A rotina de humilhação se intensificou, até o dia em que ele, extremamente contrariado porque a mulher havia se levantado muito cedo para atender o telefone, gritou: "Quem era no telefone? Por que você se levantou rapidamente?" Foi inútil Lúcia ter dito que a mãe dela estava na linha. Enfurecido, o marido ergueu a mão contra ela, a mesma mão que muitas vezes, num passado que parecia tão distante, acariciara seus cabelos, prometendo uma vida feliz.

A agressão deixou marcas. Hematomas que tiveram que ser justificados como um tombo inventado para proteger o marido. Em casa, o esposo usava até a Bíblia para defender as agressões, dizendo que a mulher deve ser submissa ao homem. Lúcia queria ir embora com a filha. Planejou isso muitas vezes, mas temia a reação dele.

Na igreja, os amigos a aconselhavam a suportar aquela "cruz" e a preservar o casamento, pois essa seria a vontade de Deus. Certo dia, numa discussão, ela ameaçou sair de casa. O marido disse que, se ela fizesse isso, ele se enforcaria e a filha do casal a culparia para sempre pela perda do pai.

Lúcia é um personagem fictício, com base nas muitas matérias que lemos para escrever este texto. A história dela ilustra a de muitos religiosos que fazem uma leitura equivocada da Bíblia, e que acabam se silenciando em relação à violência ou mesmo justificando a agressão.

Segundo a Bíblia, o casamento é algo para ser "honrado" e "respeitado" (Hebreus 13:4). Biblicamente, ser homem significa assumir uma postura de sacrifício em relação à sua família, pois foi isso que Jesus fez pela igreja (Efésios 5:25, 29). Logo, a submissão feminina da qual esse texto fala é de uma mulher que é amada por seu marido como Cristo amou Seu povo.

Portanto, a violência representa o oposto do que a Bíblia descreve como a postura masculina. Em geral, os que praticam esse tipo de ato enxergam na mulher uma propriedade do homem, alguém incapaz e inferior. O fato é que todos nós somos propriedade de Deus, com valor intrínseco (1 Coríntios 6:19, 20). Por isso, a orientação bíblica é que no casamento haja submissão mútua e voluntária (Cantares 6:3).

IGUAIS E DIFERENTES

Ao criar a mulher, Deus disse que ela seria uma "auxiliadora idônea" para o homem (Gênesis 2:18). A palavra "auxiliadora" ('ezer, em hebraico) não tem o sentido de alguém inferior, pois é usada muitas

vezes na Bíblia em relação a Deus como "auxiliador" do ser humano (Salmos 33:20; 70:5). Já a palavra "idônea" (neged, em hebraico) passa a ideia de estar diante de alguém, incluindo a oposição ao outro. Portanto, a mulher é uma auxiliadora que socorre, complementa e, quando é preciso, também adverte o homem.

A ordem divina é para que os maridos tratem suas mulheres "com honra, como parte mais frágil e coerdeiras do dom da graça da vida" (1 Pedro 3:7, NVI). Esse texto destaca a igualdade e a diferença entre maridos e mulheres: a mulher é parte mais frágil (diferença), mas é coerdeira (igualdade). A fragilidade física da mulher é uma verdade bíblica, e ignorar isso não contribui para a proteção da mulher - somos naturalmente diferentes. Porém, a fragilidade não é inferioridade, mas preciosidade, como uma joia ou cerâmica valiosa. Os homens devem honrar as mulheres, assumindo os riscos de serem os protetores.

MASCULINIDADE DE VERDADE

O "domínio" masculino que surgiu após o pecado (Gênesis 3:16-19) tem sido frequentemente deturpado. No contexto do Gênesis, a liderança masculina no casamento não deveria ser tirânica, pois o termo "governar" (mashal, em hebraico) indica um governo amoroso como o de Deus (Salmos 22:28; 66:7), com proteção e carinho (Isaías 40:10, 11; 1 Coríntios 11:3; Efésios 5:23). Trata-se de uma liderança que deve ser encarada não como um privilégio superior, mas como uma responsabilidade de proteger e cuidar.

Na Bíblia, existe até um verbo grego para "agir como um homem" (andrizomai): "Portai-vos varonilmente!"

(1 Coríntios 16:13). E o contexto dessa ordem não inclui agredir nem humilhar o cônjuge, mas agir com amor (v. 14). Portanto, nas Escrituras há uma expectativa básica sobre o comportamento masculino, que nada tem que ver com aversão ou ódio às mulheres. As últimas palavras de Davi a seu filho Salomão foram "seja homem!" (1 Reis 2:2). Esse é um excelente conselho para os homens de hoje. Se seguíssemos a Bíblia, nos países professamente cristãos, a mídia seria marcada por manchetes que falariam de homens que se sacrificariam por suas famílias e não que abusariam de suas companheiras.

Queremos imaginar que a Lúcia, nossa personagem fictícia, entendeu esses conceitos. Compreendeu que, numa situação de humilhação como a que descrevemos, ela não tem condições de ser plenamente o que Deus planejou para ela. Tomara que ela acredite que Deus pode nos salvar de situações de violência (2 Samuel 22:3; Salmo 22:20), do medo (Hebreus 2:15) e da própria morte (Salmos 6:4, 5; 56:13; 68:19, 20).

Queremos pensar que, em uma manhã fria, Lúcia entregou seu medo e sua angústia nas mãos de Deus, e pediu coragem. Fez suas malas, amarrou os cabelos de sua filha, sorriu para ela e orou para que Deus restaurasse sua capacidade de ser 'ezer (auxiliadora). Entendeu que, na Bíblia, não há espaço para justificar qualquer tipo de abuso contra a mulher. Silenciosamente mostrou para sua filha que a força da mulher está em Deus. Então, comunicou às autoridades, segurou nas mãos da criança, pegou sua pequena mala e partiu.

VANESSA MEIRA é educadora e teóloga, ISAAC MALHEIROS é pastor e teólogo

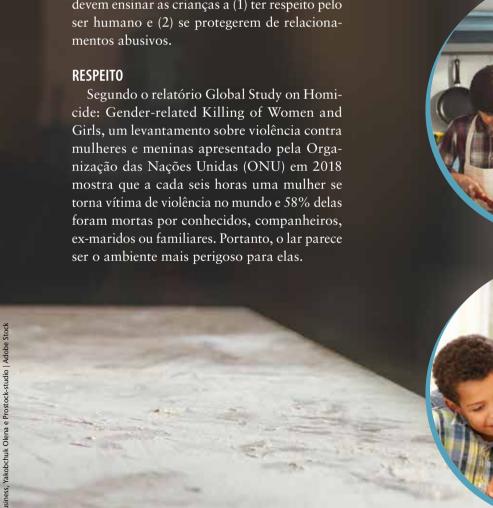
ENSINA A CRIANÇA

ALÉM DE LEGISLAÇÃO MAIS RÍGIDA, A VIOLÊNCIA PRECISA SER COMBATIDA COM BASE EM OUTRO TIPO DE EDUCAÇÃO

SIMONE BOHRY

os últimos 20 anos, mais de 100 países formularam suas próprias leis para combater a violência contra a mulher. Porém, os números apontam que as agressões continuam alarmantes. Especialistas afirmam que, além de punições mais rígidas contra esse tipo de crime, investir na prevenção, por meio de um novo tipo de educação na infância, é o caminho para o enfrentamento.

Os cristãos e as igrejas também têm parte nisso, pois na Bíblia encontramos o famoso texto aplicado à educação das novas gerações: "Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele" (Provérbios 22:6). As famílias e os educadores que levam a sério o texto bíblico devem ensinar as crianças a (1) ter respeito pelo ser humano e (2) se protegerem de relacionamentos abusivos.



O que ocorre é que a agressão não é um ato inesperado de "loucura", mas uma manifestação de poder. Por isso, o primeiro passo a ser trabalhado na formação dos adultos de amanhã é o respeito. E para tal é necessário desconstruir um conceito deturpado de masculinidade, conhecido como machismo. Essa visão envolve qualquer forma de abuso de poder e/ou discriminação contra as mulheres, o que inclui inferiorizar, controlar e desqualificar o sexo feminino, mesmo que seja apenas uma brincadeira.

O homem não nasce machista, aprende por imitação, principalmente em casa, com base no exemplo da mãe e do pai. Portanto, é preciso refletir se como pais e educadores não estamos reproduzindo em nossos filhos e estudantes o machismo que provavelmente aprendemos na infância. Frases como "ah, isso é coisa de mulherzinha", "pare com isso, você é homem", "menino não chora" podem revelar nossos preconceitos.

Além disso, diariamente crianças estão expostas a relações adoecidas, de pais, por exemplo, que não se sentem responsáveis nem se enxergam coparticipantes do cuidado das tarefas de casa e dos próprios filhos. Outros chegam a desrespeitar explicitamente suas esposas e/ou companheiras, e as crianças veem a mãe se submetendo a esse tipo de violência. Desse modo, aos poucos, meninos e meninas passam a entender suas diferenças de forma deturpada.

A Bíblia é clara ao afirmar que Deus criou homem e mulher à Sua imagem e semelhança, e ordenou que ambos tivessem domínio sobre todas as outras criaturas da Terra (Gênesis 1:27, 28). Nosso Criador atribui o mesmo valor a todos os seres humanos (Atos 10:34) e enfatiza que a mensagem de Cristo supera todas as barreiras sociais (Gálatas 3:28).

É por essa razão que o machismo e outras formas de discriminação se opõem à Palavra de Deus e à fé cristã. Além disso, trazem sérios prejuízos não somente para meninas e mulheres, mas também para os próprios meninos e homens. De modo geral, a sociedade acaba sofrendo com a concepção tóxica de masculinidade, centrada na força e no exercício de poder.

Na família global de Deus, meninos e meninas, homens e mulheres devem receber cuidado e respeito, pois sua dignidade tem como base o fato de serem Seus filhos e filhas. Numa casa em que as crianças aprendem e praticam a cortesia, onde crescem testemunhando o respeito entre os pais e que eles compartilham as tarefas e responsabilidades da família, é maior a chance de se tornarem adultos comprometidos com a igualdade de gêneros.

AUTOPROTECÃO

O segundo passo é ensinar as crianças, desde muito pequenas, a se prevenirem de relacionamentos abusivos. Meninos e meninas devem ser incentivados a entender e nomear os próprios sentimentos, e a se protegerem de qualquer tipo de violência contra eles, seja psicológica, moral, física ou sexual. Se, por exemplo, um colega de escola agredir uma criança, os responsáveis por ela devem ajudar a vítima a entender o que aconteceu, nomear e administrar as próprias emoções negativas e desenvolver meios de proteção de si mesma, seja dizendo não para aquela situação, ou buscando ajuda de outros amigos ou de um adulto. Em alguns casos, será necessário interromper temporariamente aquele relacionamento ou manter contato estritamente formal.

Com as crianças maiores, por sua vez, já é possível ajudá-las a identificar perfis que podem gerar relacionamentos tóxicos. Elas devem perceber quando alguém usa estratégias como poder, sedução ou dominação. O uso do poder tem que ver com aqueles que procuram sempre ditar as regras e se valer do convencimento para superar questionamentos e fazer o que desejam; já o uso da sedução está relacionado aos gestos de gentileza com o objetivo de ganhar a confiança para então conseguir algo em troca; por fim, a estratégia da dominação tem que ver com a desvalorização do outro, a fim de gerar insegurança e culpa na vítima, tornando-a mais vulnerável para um relacionamento abusivo.

Nosso papel é oferecer condições para que as crianças tenham o direito de crescerem felizes e integralmente saudáveis, com capacidade de discernir o que é adequado e bom, e o que pode colocá-las em situação de perigo.

Chegou o tempo de quebrar o silêncio e dialogar. As crianças necessitam de homens e mulheres que as ensinem a amar a si mesmas e ao seu próximo.

SIMONE BOHRY é psicóloga e mestre em Psicologia Clínica e Cultura

Ombro amigo

ENTENDA O QUE FAZER PARA AJUDAR QUEM ENFRENTA UMA ROTINA DE VIOLÊNCIA E JÁ NÃO CONSEGUE VER UMA SAÍDA

O GISELLY ZAHN

e não forem interrompidos, os atos de violência podem levar a um desfecho fatal. Na maioria das vezes, eles não acontecem repentinamente, mas depois de outras formas de agressão, como a tentativa de limitar a autonomia do outro, ciúme, humilhação, chantagem e comportamento dominador. Mesmo que não deixem marcas na pele, essas atitudes ferem a autoestima e resultam em consequências, muitas vezes, permanentes.

Situações como essas atingem milhões de pessoas ao redor do mundo e se mostram mais cruéis, pois costumam ocorrer dentro do lar.

Esses abusos podem ser identificados a partir dos seguintes indicadores:

- 1. Tom de voz, palavras ofensivas, ameaças e pressão psicológica.
- 2. Ciúme e tentativa de controle da companheira, negando o valor e a importância dela.
- 3. Preconceito dirigido às mulheres, precedido de condutas discriminatórias.
- 4. Tratamento da parceira como se ela fosse um objeto, fazendo com que se sinta culpada pelo abuso do qual é vítima.

Diante desse quadro, como ajudar alguém próximo que sofre esse tipo de abuso?

SETE ATITUDES QUE VOCÊ PODE COLOCAR EM PRÁTICA



1 Não julque. Criticar quem está nessa situação desanima a vítima fazendo-a deixar de procurar uma saída.



Não deixe que essa pessoa se esqueça de si mesma. Converse com ela sobre o problema e estabeleça um relacionamento que vá além do abuso sofrido.



Escute. Mostre que você realmente se importa com ela.



Esteja disponível. Diga que você estará lá para o que ela precisar.



5 Reúna provas. Enquanto a vítima está decidindo romper com o ciclo de violência, quarde todos os elementos possíveis para comprovar os fatos.

Convença a pessoa a denunciar. Na América do Sul, basta ligar para:







7 Incentive a busca por ajuda profissional. Uma das consequências da violência doméstica é o suicídio. Por isso, alquém em profunda vulnerabilidade emocional deve ser encaminhado a um psicólogo ou psiquiatra.

GISELLY ZAHN é psicóloga e cursa o mestrado em Ensino em Saúde

ALÉM DO QUE SE VÉ

A VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA AS MULHERES ESTÁ APOIADA EM OUTRO TIPO DE ABUSO MAIS TOLERADO CULTURALMENTE: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

BFTINA PINTO



om menos frequência, as mulheres ainda convivem com expressões que criam uma separação discriminatória entre o papel masculino e o feminino. A crença que está por trás desses discursos tem como base diversos comportamentos do dia a dia. Essas atitudes escondem uma questão cultural muito forte, que continua a moldar costumes e tradições familiares e, na mais visível de suas consequências, resultar em violência física.

De acordo com Jackson Katz, educador e ativista norte-americano, em entrevista à revista brasileira

Veja, em 10 de janeiro de 2016, o comportamento violento é ensinado por meio de informações passadas pela sociedade (ou por um grupo) que parecem autorizar ou naturalizar hábitos nocivos. Na prática, isso quer dizer que meninos criados em ambientes onde não há parceria ou respeito pela figura da menina provavelmente crescerão acreditando e agindo como se tivessem o direito de subjugar as mulheres.

Questões simples do cotidiano, vivenciadas na infância, podem ensinar isso para garotos e garotas. Por exemplo, enquanto o menino brinca, a menina

lava a louça; enquanto ele assiste à TV, ela arruma o quarto. Essas atitudes vão definindo na mente das crianças quais são os papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres. Seja no lar ou na escola, certos modelos de feminilidade e masculinidade são apresentados e reforçados.

Outro contexto em que imagens sobre o que significa ser homem e mulher são projetadas é a mídia. Salvo raras exceções, o "modelo de mulher" mostrado nos meios de comunicação oscila entre dois extremos: a figura "sedutora e erótica", sempre pronta a satisfazer o deseio sexual do homem; e a "mulher moderna", que assume as responsabilidades pelo bem-estar de todos na família, sem nunca se entristecer ou desanimar.

A "mulher-modelo" construída por essa cultura midiática se parece com a "boneca do amor", conforme definiu Edgar Morin, antropólogo e sociólogo francês, no seu livro Cultura de Massas no Século XX: Neurose (Forense Universitária, 1997). A "mulher-boneca" é aquela que está sempre disponível, seja como objeto sexual ou para garantir o bem-estar da família. Isso tudo embalado num ideal de beleza desenhado e explorado pela publicidade. É a imagem da Amélia moderna, numa referência à música brasileira da década de 1940, composta por Ataulfo Alves e Mário Lago, que fala de uma mulher cordata e serviçal. A expressão "Amélia" ficou conhecida como uma referência à submissão feminina, muito longe do conceito bíblico de submissão (Efésios 5:22).

Essa imagem feminina, projetada no imaginário das pessoas por meio das letras das músicas, das fotografias nas revistas, das personagens em novelas ou dos programas de televisão, é carregada de simbolismo e procura ensinar sobre valores que serão reproduzidos, mais tarde. nas práticas diárias dos casais, das famílias e nos relacionamentos. A "personagem", porque não retrata a mulher real, pode promover uma modalidade de violência invisível. mas tão cruel quanto a que deixa hematomas: a violência simbólica. Esse tipo de violência serve de base para a agressão física.

Quando o assunto é o abuso, a imagem de um grande iceberg ilustra bem a relação entre violência "invisível" e visível. Tal qual essas montanhas de gelo que ficam à deriva no mar, com a maior parte de seu volume escondido abaixo da superfície da água, os tapas, chutes e empurrões são só a pontinha do problema. São a expressão "mais violenta" de uma crença construída ao longo do tempo e naturalizada socialmente. A violência invisível também é cruel; porém, pelo fato de não ser enxergada como um abuso, acaba passando despercebida ou sendo ignorada.

Neste artigo, meu foco é pensar a violência simbólica a partir da mídia. Na imagem distorcida que se projeta da mulher, ela costuma ser retratada de maneira objetificada, hiperssexualizada, submissa e desprovida de inteligência. E vai além disso: a violência simbólica rouba a essência do que é ser mulher e esmaga a alma feminina, reduzindo-a a modelos simples e baratos. Esse retrato irreal da feminilidade invade o imaginário coletivo e passa a dar permissão para que a violência psicológica e outros tipos de abuso ocorram. Ou seja, o homem passa a se apropriar desse discurso e a tratar a mulher como ela é mostrada na mídia.

O pior de tudo isso é que as mulheres que sofrem a violência também podem ser cúmplices desses abusos quando acreditam que a imagem delas precisa ser igual às apresentadas nas revistas ou que o comportamento delas precisa ser pautado pelas personagens das novelas. A aceitação e reprodução desses modelos também é um tipo de violência aos quais as mulheres podem se submeter.

Por isso, a violência simbólica é mais presente do que imaginamos. Ela sustenta outras formas de abuso e acorrenta mulheres e homens em construções imaginárias que motivam atitudes e comportamentos nocivos.

E o que fazer se você tomou conhecimento agora desse tipo "sutil" de violência? Primeiro: ficar alerta e observar o que está por trás de discursos, piadas ou falas. Segundo: posicionar-se para que esse tipo de abuso não continue ocorrendo nos seus relacionamentos diários, seia em casa, na escola, no trabalho ou na igreja. Terceiro: buscar ajuda de psicólogos e, dependendo da situação, de advogados, para ver o que pode ser feito em relação ao seu caso.

Lembre-se de que você precisa de ajuda e o agressor também necessita, a fim de mudar suas crenças e comportamentos, se ele assim desejar. O ponto é você "quebrar o silêncio" para que essa violência sutil não continue ocorrendo nem avance para abuso psicológico, sexual ou físico.

BETINA PINTO é jornalista e mestre em Comunicação

Para entender como a violência simbólica pode afetar seus relacionamentos e a saúde emocional, acesse adv.st/violenciasimbolica.





Como enfrentar a dor e superar o sofrimento

LÁGR MAS

COMO ENFRENTAR A DOR E SUPERAR O SOFRIMENTO Este livro irá ajudar você a enfrentar a dor com dignidade e realismo. Para isso, o autor propõe uma reflexão psicológica, social, filosófica e espiritual dos dramas humanos. Você também encontrará recursos simples, não apenas para superar o próprio sofrimento com serenidade, mas também para aconselhar, de modo solidário e sensível, quem sofre ao seu lado.

RUBERIG BAUENAS

WhatsApr

cpb.com.br | 0800-9790606 | CPB livraria | © 15 98100-5073 Pessoa jurídica/distribuidor 15 3205-8910 | atendimentolivrarias@cpb.com.br for pheditora







ustração: Kaleb

TUDO SUPORTA

A FRASE É BÍBLICA E SE REFERE AO AMOR, MAS USADA FORA DO CONTEXTO PODE ACABAR REFORÇANDO UM TRANSTORNO EMOCIONAL: A CODEPENDÊNCIA

ROSANA ALVES

stá na Bíblia: primeira carta do apóstolo Paulo aos Coríntios, capítulo 13 e versículo sete. Porém, quando lemos essa frase, popularizada em poemas e canções, não podemos confundir amor saudável com dependência de vínculo afetivo.

Há quem diga que um pouco de ciúme não faz mal. É o tipo de gente que gostaria que seu par romântico cometesse alguma loucura em nome do amor. Porém, quando sentimentos como ciúme, loucura e possessão surgem, eles costumam ser destrutivos. Aparecem camuflados de cuidado e amor incondicional, mas, aos poucos, se revelam extremamente danosos.

DEPENDÊNCIA DOENTIA

A dependência de vínculo ou codependência é um transtorno emocional caracterizado pela falta de habilidade de manter relacionamentos saudáveis, o que gera muita insatisfação e desconforto. Quem sofre disso acredita que a própria felicidade depende exclusivamente do outro e, por isso, age muitas vezes sem reflexão e bom senso. O codependente, por sua vez, acredita ser o responsável pela alegria ou tristeza do dependente.

Para ficar bem claro, podemos definir a dependência e a codependência como um processo de mão dupla: o dependente desenvolve uma ligação incontrolável pelo seu objeto de desejo e o codependente estabelece uma relação de sujeição ao dependente. Um reforça o comportamento inadequado do outro, criando um relacionamento doentio.

A necessidade desenfreada de estar com o outro, como única forma de ser feliz, resulta em relacionamentos não saudáveis, marcados por culpa e sofrimento. O parceiro se torna o centro da vida do dependente e todas as áreas da vida são impactadas por causa disso.

Estar com o outro, fazê-lo feliz, tornase uma necessidade e não um prazer. E é nesse contexto que o codependente permite abusos, pois tem medo de perder o parceiro. O senso de posse, o ciúme doentio e o desejo de exclusividade são também características frequentes na dependência de vínculo. Por isso, se o relacionamento não traz alegria, mas constante sofrimento e tristeza, é preciso prestar atenção.

A percepção distorcida pode chegar a tal ponto que o dependente não consegue imaginar sua vida sem seu objeto de desejo. Esse tipo de idolatria pelo outro pode acabar levando a uma tragédia. Fico pensando em quantas garotas não estão sendo iludidas por rapazes sedutores e perigosos. E quantos garotos estão entrando em verdadeiras prisões emocionais. Vale lembrar que crimes passionais não fazem parte apenas do enredo de filmes, novelas e seriados, mas das estatísticas da vida real.

Creio que ficou claro até aqui o quão distinto é o amor verdadeiro da dependência de vínculo. O autossacrifício do amor gera crescimento, satisfação, respeito e confidencialidade. Ele não sufoca, não provoca escândalos e não rouba a alegria de viver. É sereno e refrigera a alma.

AVALIE SEU RELACIONAMENTO

Relações tumultuadas evidenciam falta de maturidade de um dos pares ou do casal. É essa imaturidade que faz a pessoa se posicionar no centro absoluto do relacionamento ou colocar o outro nesse lugar que não pertence a nenhum dos dois. Supervalorizar-se ou idolatrar o compaheiro são manifestações de infantilidade.

Por isso, quero ajudar você a identificar se está num relacionamento destrutivo e lhe orientar a sair dele. Atente para os seguintes sinais: chantagem emocional, desprezo pelo seu sentimento, brigas para impedir que você conviva com outras pessoas, manifestação exagerada/descontrolada das emoções, comportamento que se alterna entre a postura de vítima e dominador, ameaças quando se fala no fim do relacionamento e violência física e/ ou verbal.

Relacionamentos assim geram desconforto e dúvidas em quem está sendo emocionalmente abusado. E acabam levando o codependente a não se sentir mais à vontade para expressar seus sentimentos ao parceiro e, às vezes, até se isolar do convívio de familiares e amigos. Nessas relações abusivas, é comum se ouvir a frase "você é meu ou minha".

No livro Codependência Nunca Mais (Best Seller, 2013), a jornalista e escritora norte-americana Melody Beattie apresenta algumas características do codependente. Ela ficou conhecida por compartilhar sua história de superação de um casamento conturbado. Vamos aos "sintomas":

- 1. Considerar-se responsável pelos sentimentos, pensamentos, escolhas e até pelo destino do outro.
- 2. Sentir ansiedade, pena e culpa quando a outra pessoa tem um problema.
- 3. Ser compelido, quase forçado, a ajudar aquela pessoa, mesmo quando não é solicitado.
 - 4. Ter raiva quando seu auxílio não é eficiente.
- 5. Culpar outras pessoas pela forma negativa como se enxerga e se sente.

ROMPENDO COM O PERIGO

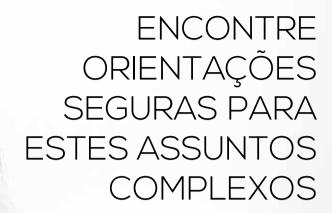
Veja que é possível haver codependência em outros relacionamentos que não sejam uma relação amorosa entre um homem e uma mulher. Portanto, seja qual for o tipo de relacionamento, se perceber que os prejuízos e desgastes são grandes, é necessário pensar no término dele. Nem sempre é fácil colocar um ponto final nisso, mas é possível. Veja como proceder:

- 1. Termine definitivamente. Postergar ou se desligar aos poucos não funciona.
- 2. Mantenha distância. O contato possibilita chantagens e tentativas de reatar o relacionamento.
- 3. Peça ajuda. Amigos e até a polícia podem ajudar em casos de ameaça.
- 4. Não se culpe. Você não é a única pessoa responsável pela felicidade do outro.
- 5. Procure um especialista. Caso sinta necessidade, consulte um psicólogo ou terapeuta familiar.

Para você ver que não está só, já existem grupos de apoio mútuo que oferecem um programa de recuperação para codependência, nos moldes dos Alcoólicos Anônimos. Esses ambientes físicos ou virtuais são espaços para compartilhar experiências e procurar identificar e organizar os próprios sentimentos. No Brasil, o codabrasil.org.br é um desses serviços gratuitos. Vale ressaltar que a frequência a esses grupos não substitui o atendimento psicológico quando necessário; e que, apesar de o método desses serviços contemplar a espiritualidade, isso não implica conversão a determinada tradição religiosa.

Termino lembrando que os relacionamentos existem para proporcionar bem-estar, crescimento mútuo e proteção. Se o seu não tem sido assim, é preciso avaliar e repensar sua continuidade, evitando danos maiores. Torço por sua felicidade!

ROSANA ALVES é pós-doutora em Neurociências pela Escola Paulista de Medicina (Brasil) e pela Universidade Marshall (EUA). Ela é presidente do Neurogenesis Institute, sediado na Flórida









cpb.com.br | 0800-9790606 | CPB livraria | © 15 98100-5073



MKT CPB | Adobe Stock

Estes liuros podem ser o primeiro passo para uma uida pessoal e familiar plena

Disponíuel em e-book. Acesse:

Q WWW.ESPERANCA.COM.BR



Compartilhe ESPERANÇA!



